

## A IMPUNIDADE DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA JOÃO PEDRO E ELIZABETH TEIXEIRA - LÍDERES DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ/PB

Gabriella Barbosa Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** *O objetivo deste trabalho é fazer uma análise histórica-crítica sobre o movimento das Ligas Camponesas no Nordeste entre os anos 1955 a 1964, enfocando as perseguições às suas lideranças e as impunidades dos crimes cometidos contra elas. Dentre essas lideranças, dedicaremos o presente estudo para apresentar a história do casal João Pedro e Elizabeth Teixeira, líderes da Liga Camponesa de Sapé na Paraíba. O assassinato de João Pedro e as perseguições e ameaças à Elizabeth foi o que motivou esse trabalho, haja vista o ícone que sua luta se tornou para o movimento. As injustiças cometidas contra eles, a aquiescência do Poder Judiciário no tocante às impunidades dos criminosos e as perseguições do governo militar de que tantas vezes foram alvo, serão aqui tratadas, por serem peças importantes desta História*

**Palavras-chave:** Terra; Impunidade; Justiça.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo remontar a um período histórico do Brasil, décadas de cinquenta e sessenta, em que a luta pela terra foi intensificada pelos camponeses do nordeste. Pretendemos, através deste retrospecto, avaliar a contribuição das Ligas Camponesas, especialmente da Liga de Sapé na Paraíba, para os movimentos sociais que a ela sucederam e, evidenciar, de maneira especial, o protagonismo de dois líderes da época, João Pedro e Elizabeth Teixeira - casal fundador da Liga de Sapé - e a aquiescência do sistema brasileiro no tocante aos crimes perpetrados contra eles.

Há, nesse ínterim, a necessidade de analisar o tratamento dispensado a essas lideranças pelo governo, notadamente o governo do período militar, suas instituições e sociedade da época, bem como a atuação do Poder Judiciário brasileiro no tocante às questões fundiárias, com enfoque no combate aos assassinatos de trabalhadores rurais.

Num primeiro momento, faremos uma breve abordagem histórica da luta pela terra, desde o descobrimento do Brasil até o surgimento das Ligas Camponesas, numa tentativa de demonstrar o problema secular que permeia a questão agrária, o que se faz necessário através de uma análise dialética das desigualdades sociais e dos conflitos de classe. A seguir, avaliaremos os recuos e avanços por que passaram as Ligas Camponesas até a eclosão do golpe militar de 1964 quando, então, faremos uma análise do que significou esse período de conflito entre o Estado e o movimento das Ligas, haja vista a contribuição decisiva daquele para o seu esfacelamento.

Após esse esboço contextualizado da luta pela terra no Brasil, dedicaremos o restante do trabalho para apresentação dos protagonistas supracitados desse período (1955-1967), sua

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - UCSal e bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudo Movimentos Sociais - NEMSE, com bolsa da UCSal. E-mail: [gabycubana@yahoo.com.br](mailto:gabycubana@yahoo.com.br). Orientadores: Elias Lins Guimarães, Professor do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea e da Faculdade de Educação da UCSal, Doutor em Educação e coordenador do NEMSE. E-mail: [eliaslg@superig.com.br](mailto:eliaslg@superig.com.br), e Nilda Moreira Santos, Professora da Faculdade de Educação da UCSal, Mestre em Educação e coordenadora do NEMSE.

atuação na Liga Camponesa de Sapé e sua contribuição para os movimentos que lhes sucederam. A partir das experiências vividas pelo casal, João Pedro e Elizabeth Teixeira, na busca pela dignidade de vida dos camponeses, buscaremos avaliar a atuação do sistema institucional e social da época no tocante às perseguições das quais foram vítimas, bem como, à impunidade dos crimes contra eles cometidos.

Gostaríamos de esclarecer que o que nos motivou a debruçar sobre o tema e perquirir uma rigorosa pesquisa de campo, além de passar claramente pela necessidade de avançarmos na formação profissional e acadêmica, dada a familiaridade com o tema e o desejo de continuar a explorá-lo, está o contato pessoal com Elizabeth Teixeira e a necessidade de publicizar sua história.

A pesquisa teve como foco teórico estudos bibliográficos e documentais desenvolvidos por vários pesquisadores a respeito do tema, alguns deles, contemporâneos do período estudado, e outros, ainda, atores sociais desse mesmo processo, a exemplo da própria Elizabeth e do Professor Clodomir Morais, fundador das Ligas no Nordeste, além de registros bibliográficos e videográficos, em especial, o filme "Cabra Marcado pra Morrer" do cineasta Eduardo Coutinho.

## **O PRINCÍPIO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL**

Os conflitos de terra, com suas inúmeras variáveis de violência, já fazem parte da história deste latifúndio chamado Brasil. As elites dominantes, em todos os momentos da trajetória do país, vêm conseguindo manobras para manter concentrados e intocáveis a propriedade e o poder. Para isso, lançaram mão das mais abjetas formas de coerção física e moral contra os movimentos por democratização da terra e das relações sociais no campo, contribuindo decisivamente para a perpetuação de uma cultura de autoritarismo e de violência.

Desde os primórdios da colonização do Brasil, a disputa pela terra sempre norteou as relações sociais, políticas e, sobretudo, as de poder. Assim foi com a supremacia da Coroa Portuguesa, desde a aportagem de Cabral como o “descobridor de um novo mundo”, onde aquela, ignorando esta civilização milenar, eliminou milhões de indígenas, submetendo os que restaram a um processo de europeização, transformando o território que de fato e de direito lhes pertencia, em absoluta propriedade do Reino.

Também não foi diferente o tratamento dispensado aos negros trazidos da África como mão-de-obra escrava, via açoite e chicote, tanto para alimentar o sistema monocultor, no qual a exportação de açúcar para a Europa consistia em sua força motriz, quanto para servir de própria mercadoria para o comércio. Numa forma de resistir à servidão e transgredir a proibição do acesso à propriedade, os escravos fundavam quilombos, onde a terra era comunal e a produção dividida, podendo reviver nestes espaços sua cultura e tradição de liberdade.

A Metrópole Portuguesa, após o período da divisão das terras em capitâncias hereditárias, numa tentativa de adaptação aos tempos modernos, introduziu a propriedade privada da terra, passando seu controle para as oligarquias rurais. Nesse contexto, surgiu no sistema brasileiro a primeira Lei de Terras, datada de 18/09/1850 que tornou a via da posse ilegal, determinando a compra como forma de aquisição de propriedades. Essa lei passou então a conferir à terra um caráter comercial, mercantil e não apenas de status social. Dessa forma, a única maneira de afastar, a curto prazo, os colonos da possibilidade de aquisição de propriedades era valorizando-a e tornando-os debilitados de possuí-las.

Com essa nova mão-de-obra, trazida da Europa (os colonos imigrantes), em fins do século XIX, sedimenta-se a classe camponesa e com ela vêm-se despontar os primeiros movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo de Canudos e Contestado, movimentos que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do

latifúndio e da miséria. Canudos, por exemplo, representou o desdobramento das disputas pelo poder entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava a conquista de mais força política entre os civis e militares, ligados aos interesses da economia cafeeira. Já para os sertanejos, combater os republicanos tinha o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores, ou seja, fazendeiros e militares. (FERNANDES, 2000)

Canudos, vergonhosamente, foi a guerra mais trágica e violenta do Brasil, mas também o maior símbolo de resistência camponesa da sua história, como observou Euclides da Cunha (2004, p. 608).

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

A partir de revoltas como Canudos e Contestado, novas formas de resistência começaram a surgir nas primeiras décadas do século XX, como aconteceu no Nordeste, onde a perseguição e a expulsão dos camponeses eram práticas corriqueiras. Surgiu nessa época o Cangaço, uma nova forma de banditismo social, na qual o cangaceiro atuava em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. Os grupos eram formados, notadamente por camponeses expulsos de suas terras pelos coronéis, a quem a lei não alcançava, porque eles eram ou estavam acima dela.

Embora fossem lutas localizadas, esses movimentos de resistência ocorriam em quase todo o país, representando uma importante força política, desafiadora e contestadora da ordem instituída.

É neste contexto de conflito da questão agrária que se encontra o problema dos crimes praticados contra suas lideranças, a exemplo do assassinato de João Pedro Teixeira e das perseguições à sua companheira Elizabeth.

## LIGAS CAMPONESAS: RECUOS E AVANÇOS

Após a 2ª Guerra Mundial, quando o mundo passava pelo processo de redemocratização, vários movimentos foram se formando no Brasil em defesa da terra, traduzindo a luta do campo. As Ligas nasceram em 1945 como forma de organização política dos camponeses resistentes à expropriação e expulsão da terra e a expressão "Ligas Camponesas" surgiu como uma forma de burlar o excessivo controle que o Estado exercia sobre os movimentos sociais e, nesse particular, o movimento de trabalhadores no campo, aos quais era vedada a sindicalização. O Direito Positivo estabelecia *de juri* uma relativa liberdade sindical, via CLT, mas *de facto* uma restrição bastante rigorosa ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com o latifúndio. A única saída encontrada pelos trabalhadores seria orientar-se através do Código Civil já que este admitia a organização de associações que não possuíssem caráter trabalhista. (MORAIS, 2001)

Foi assim que o Partido Comunista realizou, nos idos de 1945-1947, uma considerável mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados, onde foram fundadas centenas de Ligas Camponesas. Estas, além de serem centralizadas pelo Partido, orientavam-se também pelo jornal Terra Livre, notadamente por conta do folheto "Zé Brasil", com circulação semanal. Tinham, na figura de Luís Carlos Prestes, seu líder.

Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do partido e, com a repressão generalizada, as Ligas forma violentamente reprimidas, em sua maioria, por fazendeiros e jagunços, sendo no

setor rural a maior ocorrência de assassinatos, prisões e perseguições.

A reorganização das Ligas foi possível em virtude de fatores como a ampliação das liberdades democráticas através de um processo que teve início com a eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República e João Goulart à Vice. Temas como a fome e a reforma agrária passaram a ser assuntos tratados de maneira corrente pelos jornais e, principalmente, nas centenas de congressos que se multiplicavam pelo país, nos quais o povo discutia seus principais problemas.

O movimento se tornou nacionalmente conhecido a partir de Pernambuco, estendendo-se à Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do país, quando exerceram intensas atividades de 1955 até a eclosão do Golpe Militar de 1964. Sua repercussão nacional e internacional se deu a partir da fundação, em 1959, da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão - PE, onde habitavam 140 famílias, na condição de foreiros.

A finalidade da referida sociedade consistia em assistência educacional e de saúde, bem como, em captação de recursos para a compra de adubos como forma de melhorar a produção. O próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão, fora escolhido como seu presidente de honra, para desgosto de seu filho que temia que esse núcleo de produção camponesa acabasse com a utilização mais rentável da pecuária nas terras esgotadas do engenho.

Como forma de transferir a mão-de-obra que não possuía mais utilidade imediata e no intuito de tornar mais lucrativo o uso da terra, o preço do foro sofreu um aumento considerável, tanto nesta quanto em outras propriedades. Imediatamente houve reação dos trabalhadores que iniciaram uma luta contra esse aumento e contra as ameaças de expulsão pelos proprietários, buscando, para isso, o auxílio na Justiça do advogado Francisco Julião Arruda de Paula. O litígio perdurou até 1959 quando a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou a desapropriação do engenho, o que deu grande notoriedade aos camponeses de Galiléia, transformando o primeiro germe das Ligas em símbolo da reforma agrária tão aclamada pelos camponeses. (MORAIS, 2002).

A partir do I Congresso Nacional dos Camponeses, ocorrido em Belo Horizonte em novembro de 1961, (Ligas e União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB) que contou, inclusive, com a presença do Presidente João Goulart, o Governo, no intuito de superar os marcos institucionais que causavam obstáculos ao sindicalismo rural, sentiu a necessidade de estender também aos camponeses a mesma tutela que exercia sobre os trabalhadores urbanos. Foi assim que, em 1963, o sindicalismo rural brasileiro tomou avanços significativos.

A partir de 1959, as Ligas Camponesas se expandiram rapidamente em outros estados, como a Paraíba, Rio de Janeiro e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante e mais expressivo foi o de Sapé, na Paraíba. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Pouco depois, esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iam se espalhar pelos municípios limítrofes.

## **GOVERNO MILITAR E AS LIGAS CAMPONESAS: UMA RELAÇÃO DE CONFLITO**

Com o golpe militar de 1964, fruto de uma aliança política entre latifundiários, empresários, banqueiros e outros setores conservadores da sociedade, o país entrou num movimento de retrocesso sócio-político. Os camponeses, assim como todos os trabalhadores, continuaram à margem do poder através das táticas de violência e perseguição utilizadas pelo próprio Governo. O avanço do capitalismo no campo fez com que os níveis de miséria e a

concentração de riquezas aumentassem significativamente. O meio rural se transformou drasticamente com a mecanização e industrialização da agricultura. Os trabalhadores rurais foram sendo sistematicamente expulsos da terra, o que gerou o aumento do trabalho assalariado, produzindo um novo personagem na luta pela terra: o bóia-fria. (FERNANDES, 2000).

Os militares e a burguesia, através de um pacto notório, pleiteavam o controle da questão agrária usando, como tática, o braço armado da violência, bem como a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico que tomou como prioridade a agricultura capitalista em detrimento da camponesa. Durante vinte anos após a instalação do Regime, houve uma imensa eclosão dos conflitos fundiários e o Governo, para tentar solucionar o problema, militarizou a questão.

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores.[...] A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão-somente os interesses dos latifundiários. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias. (FERNANDES, 2000, p. 22)

Muitos trabalhadores rurais foram assassinados, principalmente as lideranças das Ligas, maior alvo dos militares. Muito se fala e se escreve sobre violência no campo. Constata-se que ela vem se acirrando e aumentando a cada ano. No entanto, ninguém pára para avaliar quantas são as mortes geradas por conflitos de terra e quantos são os trabalhadores assassinados ano a ano. Felizmente, existem pesquisas sérias, como as realizadas pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT – que fazem esse registro todos os anos. O MST, numa dessas pesquisas, registrou 1545 assassinatos entre os anos de 1964 e 1986, período em que durou a ditadura militar, ilustrando a vergonhosa chacina dizimada no campo.

“Não foi possível contar os mortos pela seca e pela “cerca” no nordeste. Três milhões e meio, conforme levantamento da CNBB e 350.000 crianças, segundo o relatório da RAO. Números suficientes para qualificar de genocídio, para uma guerra de proporções internacionais.” (MST, 1987)

Dos mais de seiscentos assassinatos nas regiões apontadas pela pesquisa, mais de 80% não tiveram nenhuma providência tomada. A maioria dos seus autores continua impune e/ou amparada pelo sistema.

## **"MERCADO PARA MORRER": A LUTA DE JOÃO PEDRO TEIXEIRA**

João Pedro era um homem como poucos no seu tempo. Como operário, ou como camponês, calejado pelas vicissitudes e privações que sempre atormentam o sertanejo, nunca perdeu de vista a necessidade da luta coletiva. Tendo fundado a Liga Camponesa de Sapé, mesmo com a família constituída, sua mulher Elizabeth e mais onze filhos, passando por intensos momentos de dificuldade e sabendo que era um homem marcado para morrer, fez de sua trajetória um exemplo de luta para o trabalhador rural.

Casando-se com Elizabeth, sua vida começa a tomar o rumo que glorificou sua história em relação aos companheiros de luta, mas que também lhe retirou um dos bens mais preciosos, a vida. Após ter fundado a Liga de Sapé, seu ímpeto pela mudança das condições de vida dos camponeses se arrefeceu. As reuniões da Liga eram feitas em sua própria casa, juntamente com

Elizabeth e as crianças. Muitos trabalhadores aderiram à sua luta, aumentando, assim, o nível de conscientização e reivindicação daquela gente. Jurado de morte e preso por diversas vezes, João Pedro teve o destino que aguardava a maioria dos líderes camponeses da época.

Não foram poucas as tentativas de afastá-lo da luta, inclusive a pedido de sua própria família que não suportava mais vê-lo preso e constantemente ameaçado. Até que, na tarde de segunda-feira do dia 02 de abril de 1962, uma covarde emboscada tirou-lhe a vida. Vale a pena registrar aqui o depoimento de sua companheira Elizabeth sobre o fato:

Eram prisões... à noite, muitos tiros em volta da nossa casa, até que chegou o momento em que botaram a emboscada e tiraram a vida de João Pedro. Quando eu cheguei, tomei conhecimento que João Pedro tinha sido morto. Cheguei até Sapé e ele já estava na pedra, peguei na mão dele e disse: João Pedro, muitas vezes você me perguntava se eu continuava sua luta, eu nunca tive voz pra responder que continuava, mas a partir de hoje eu vou continuar a sua luta para o que der e vier.

Deixou, sob os cuidados de sua companheira, onze filhos e a luta, materializada através da Liga de Sapé, da qual Elizabeth se tornou presidente e o próximo alvo dos militares.

## **IMPUNIDADE DOS ASSASSINOS DE JOÃO PEDRO**

O assassinato de João Pedro Teixeira foi encomendado por um famoso usineiro da região, Aginaldo Veloso Borges, na época, 6º suplente na Assembléia Legislativa da Paraíba. Fizeram parte da emboscada, juntamente com ele, dois policiais: um cabo – Francisco Pedro e um soldado – Antônio Alexandre. João Pedro levou três tiros de fuzil, um no coração e dois no intestino. Segundo testemunhas, não foi somente uma emboscada que objetivava tirar-lhe a vida, e sim três: uma na estrada, outra no rio e a última seria tentada em sua própria casa. Sem dúvida, aquele parecia ser o dia do homem “marcado para morrer”.

Os dois policiais foram presos, mas, logo após o golpe militar, ganharam a anistia. Quanto ao mandante, Aginaldo Veloso Borges, ficou imune após realizar uma esperta manobra na Assembléia Legislativa para assumir a cadeira de deputado. O deputado e os cinco suplentes renunciaram ao mandato para que ele pudesse assumir e se valer da imunidade parlamentar.

O que podemos observar é que a aplicabilidade da Justiça nas questões que envolvem conflitos fundiários, não só nessa época, como em nossa própria atualidade, está adstrita à supremacia do poder. Há um desencontro entre os níveis de atuação do Poder Judiciário. Quanto mais próximo do conflito, mas susceptível de reproduzir a ideologia dos potentados da terra. Encarnando a idéia da lei como expressão do bem comum, busca, sob a alegação de estar cumprindo e aplicando a lei, escamotear regras procedimentais insertas na própria ordem jurídica. Os latifundiários usam o Poder Judiciário que tradicionalmente os defendeu e não titubeiam na hora de lançar mão da força bruta, amparados pelo estatuto da impunidade que sempre os acobertou, o que nos leva a concluir que uma das características mais significativas de nossa formação social é a indistinção entre o público e o privado.

Essa aquiescência do sistema pode ser constatada através do crime cometido contra a vida de João Pedro Teixeira. Seus assassinos ficaram impunes, sendo que o maior deles ainda pôde ocupar uma das cadeiras do poder público, tornando incontestes as facilidades concedidas pelo sistema àqueles que detêm o poder político e econômico.

Ao entrarmos em contato com a Comarca de Sapé, constatamos que não existe nenhum vestígio do processo, se é que o mesmo chegou a ser instaurado, tampouco no Tribunal de

Justiça da Paraíba, apesar de terem nos informado de que o próprio presidente do Tribunal o requereu há dois anos. O máximo que dizem sobre o caso é que algumas pessoas se recordam do crime, apesar de ter sido há 43 anos, mas sabem que os assassinos não foram punidos, como se a história de João Pedro tivesse se tornado lenda, e seu assassinato, apenas mais um número para os anais da grotesca História Policial do Brasil. Como bem pontuou Francisco Julião: “Como sempre, nesta democracia de brinquedo, em que a lei tem apenas um olho e um ouvido, os assassinos saíram impunes. Mas João Pedro, com seu destino tão ligado aos caminhos deixou uma sentença póstuma”. (1961, pág.158)

## AS CONSEQÜÊNCIAS DE SUA MORTE PARA AS LIGAS E A CONTINUIDADE DE SUA LUTA POR ELIZABETH

Ao contrário do que muitos imaginavam, a morte de João Pedro não foi capaz de atenuar o ânimo dos camponeses, principalmente os de Sapé. Pelo contrário, a Liga cresceu em proporções consideráveis após seu assassinato e a solidariedade à sua companheira, Elizabeth, foi uma demonstração de respeito e consideração pelo líder camponês. Uma Liga, que nas palavras de Francisco Julião, “cuja retrospectiva se confunde com a própria biografia de João Pedro! Tragédia e glória”. Após a morte de João Pedro, desafiando o poder da oligarquia canavieira do Nordeste e a fúria dos militares, Elizabeth deu continuidade aos propósitos de seu companheiro, tornando-se a presidente da Liga de Sapé.

Aí continuei a luta de João Pedro, mesmo com a violência à minha pessoa. Mas a luta continuava. O número de associados no dia-a-dia do campo crescendo e a Liga Camponesa de Sapé crescendo. E eu assumi para o que desse e viesse. Muitas vezes me prendiam e diziam: 'mulher, tenha vergonha! Vá pra casa!' Vergonha quem deve ter é quem tira a vida do próximo. Eu vou continuar a luta do homem do campo. (TEIXEIRA, 2004)

Menos de dois meses da morte do companheiro, Elizabeth se encontrou na iminência de perder mais um membro de sua família, pois, no dia 16 de junho do mesmo ano, seu filho, Paulo Teixeira, de apenas 11 anos, recebeu um tiro no osso frontal da cabeça quando trabalhava na roça. Tiro que, segundo ela, foi “a mando do latifúndio” para a intimidar. Como conseqüência dessa brutalidade, Paulo hoje tem problemas mentais. Como se não bastasse, sua filha mais velha, Marluce, certa de que não haveria justiça pela morte do pai e receosa de que Elizabeth viesse a ter o mesmo fim que ele, tomou veneno aos 18 anos, quando sua mãe se encontrava no quartel prestando informações, vindo a óbito horas depois.

Alguns de seus filhos ficaram sob os cuidados de sua mãe. Um deles, Isaac foi estudar em Cuba em 1963, a convite de Fidel Castro que ofereceu toda a solidariedade do país para que Elizabeth se mudasse para lá com todos os filhos. Pensando na luta de João Pedro, sentindo que dela não poderia se afastar, após passar vinte e quatro dias naquele país, aceitou o convite apenas para um de seus filhos que ficou para estudar medicina.

Depois de sair da prisão, onde permaneceu por seis meses, Elizabeth fugiu para o Rio Grande do Norte com apenas um de seus filhos, Carlos, sobrevivendo na clandestinidade dezessete anos, durante os quais foi dada como morta. Lá, após passar por momentos de intensa dificuldade, começou a alfabetizar as crianças da cidade e a fazer parte do sindicato dos trabalhadores rurais. Em 1981, o cineasta Eduardo Coutinho, que havia começado a rodar o filme sobre a vida de João Pedro em 1964, reencontrou-a na cidade de São Rafael/RN com o nome de Marta Maria da Costa, reaproximando-a dos outros filhos que dela haviam se separado. Assim,

Elizabeth foi morar com seu filho Abrahão, na cidade de Patos/PB, e voltou a adotar seu nome original, saindo, definitivamente da clandestinidade e ganhando notoriedade nacional e internacional.

O destino, porém, não se cansou de persegui-la com a morte. Um dos filhos que havia reencontrado, José Eudes Teixeira (cujo nome original era Lenine, trocado pelo avô), foi morar na zona rural de Sapé, num pedaço de terra que a mãe lhe havia cedido. Fundou então uma entidade de defesa dos camponeses, nomeando-a de “Associação João Pedro Teixeira”. Um de seus irmãos, João Pedro Teixeira Filho, achando que aquilo era coisa de “comunista” e que havia dinheiro da Rússia envolvido, por uma triste ironia da História, no momento da inauguração da Associação, que contava com a presença de Elizabeth, deu um tiro no coração de José Eudes. Elizabeth recorda que não conseguia chorar, apenas repetia: “Minha Nossa Senhora! Como pode um irmão tirar a vida do outro?”

O depoimento de Elizabeth acerca das perseguições que sofreu após perder o marido e seus dois filhos é o bastante para transmitir o sofrimento que permeou sua vida:

Também me ofereciam dinheiro pra eu mudar, abandonar a luta. Enquanto passava no meio do pelotão atirando, o usineiro, Luís Ribeiro Coutinho, apertando minha mão, arroxendo minha mão, no meio dos policiais, dizia: “Muda e vamos já para o escritório. Muda Elizabeth”. Eu disse: “Para o escritório o quê? O senhor tem terra para os homens que estão despejados?”. Na minha casa tinha uns 10 ou 12 despejados. Todos com foice e enxada, se eles me matasse, morreriam também. Foram embora. Eu preferia não ter nada para comer, até o suicídio, do que receber dinheiro. Um dia após o golpe tentaram incendiar minha casa, mas não me encontraram, porque estava em Galiléia, fazendo aquele filme, Cabra Marcado. De lá, conseguimos fugir para dentro das matas e no dia seguinte, conseguimos chegar até Recife. Depois, em João Pessoa, procurei notícias dos meus filhos, mas acabei sendo presa. (TEIXEIRA, 2004)

## COERÊNCIA DE SEU PENSAMENTO APÓS DÉCADAS DE SOFRIMENTO

Hoje, Elizabeth tem 80 anos de vida. Reside com uma filha e as netas em João Pessoa. Continua sendo admirada e lembrada por todos aqueles que conhecem sua história de luta e sofrimento. Sempre é chamada para participar de eventos e dar seu depoimento de vida. O mais admirável nesta camponesa, após tantos anos de sofrimento, para uma mulher que perdeu seu grande companheiro com apenas 36 anos de vida e filhos de maneira tão brutal, é que ela continua a acreditar na mesma força que movia João Pedro a continuar lutando. Após os movimentos que sucederam às Ligas e não se cansa de afirmar que ainda continua tendo esperanças no Brasil.

Na cena final do filme "Cabra marcado pra morrer", gravada em 1981, Elizabeth diz:

(...) a luta não pára. A mesma necessidade de 64 está plantada, ela não fugiu um milímetro, a mesma necessidade do operário, do homem do campo, a luta que não pode parar. Enquanto existir fome e salário de miséria o povo tem que lutar. Quem é que não luta? É preciso mudar o regime, enquanto tiver este regime, esta democracia, (...) democracia sem liberdade? Democracia com salário de miséria e de fome? Democracia com o filho do operário sem direito de estudar, sem ter condições de estudar? (...) continuo do mesmo jeito. Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que

são oprimidos e explorados. Não pode parar.

Mas quando interrogada sobre a Justiça, ela desconversa e diz que nesta, infelizmente, não pode mais acreditar. Entendemos que motivos não faltam para que pensem dessa forma todas as vítimas de um sistema excludente como o do Brasil. O mais grave é que as mesmas práticas perpetradas contra os camponeses há 40 anos insistem em continuar existindo e fazendo mais vítimas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil possui contornos seculares e dimensões profundas que necessariamente passam pela histórica luta de classes. A sociedade brasileira explicita suas características, de um lado, pela reprodução de um modelo agrário-agrícola ancorado na extrema concentração de poder político e econômico do latifundiário e de outro, aqueles que buscam uma reforma agrária como base necessária de uma sociedade mais justa. A terra, que, para o camponês, é considerada sinônimo de vida, de nascimento e sobrevivência, para o latifundiário, não é nada mais do que símbolo de poder, de status social, reproduzindo uma mentalidade ainda tão arcaica que nada deixa a desejar aos senhores feudais. O mais preocupante, porém, é que, juntamente com o braço armado das milícias particulares, esses neo-senhores feudais ainda contam vantajosamente com o papel do Poder Judiciário através de ações judiciais que lhes são favoráveis, o que torna, muitas vezes discutível a questão agrária nesse país. Dados como os da CPT, por exemplo, vêm demonstrando as barbaridades cometidas sistematicamente no campo brasileiro, tanto contra os trabalhadores rurais como contra aqueles que se propõem a defendê-los, numa estimativa que vem crescendo a cada ano. Exemplo atual disso é o relatório de 2003 que aponta a diferença do número de assassinatos para 2002 de mais de 69,8%, o mais elevado desde 1991.<sup>2</sup> Atualmente o que se vê é a retomada não dos conflitos, que jamais cessaram porque a situação fundiária permanece inalterada, mas a retomada da perseguição institucional de trabalhadores e assessores dos movimentos sociais, patrocinada por fazendeiros, com a colaboração de setores do Poder Judiciário.

A morte de João Pedro, a impunidade de seus assassinos e as perseguições sofridas por Elizabeth, durante tantos anos, deve ser entendida, infelizmente, como uma triste realidade que assolou e continua a avassalar o Brasil, principalmente se considerarmos o crescimento exacerbado das milícias privadas que agem sob os auspícios da justiça, constituindo um verdadeiro poder paralelo. Mas devemos também, apontar o dedo para os culpados, agentes de um sistema concentrador e privilegiador, o latifundiário, o grileiro, o capanga, o “gato”, o legislador e o jurista, todos com sua parcela de culpa, contribuintes para a perpetuação desse sistema.

As Ligas foram de fato assassinadas. Como organização social, foram dizimadas. Mas o mais importante ficou, pois fora semeada em solo fértil. Seu exemplo e sua força ficarão adormecidos por alguns anos, mas, como o motor da História segue, incontestemente seu processo dialético, rebrotaram. Rebrotaram, vinte anos após seu fim, com a redemocratização do Brasil, em diversos movimentos de luta pela terra, a exemplo do MST. Foi a responsável pela criação de uma grande consciência nacional pela Reforma Agrária. Sua experiência, além de fortalecer a idéia da luta camponesa, servirá para os que a sucederam como forma de aprendizagem, tanto

---

<sup>2</sup> Segundo a CPT, de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2004, ocorreram 73 assassinatos no campo, 69,8% mais que em 2002, número mais elevado só foi registrado em 1990 e na década de 80. O número de famílias despejadas por mandados judiciais foi de 35.297, um número recorde desde que a CPT começou a fazer o registro destes dados e possivelmente um recorde histórico em toda a história brasileira.

através de seus erros, como de seus acertos.

Assim, histórias como as dos Joãos, Pedros, Josés, Elizabeths e Margaridas precisam ser contadas de forma que não se restrinjam a números estatísticos sobre a violência no campo. Devemos dar-lhes uma feição humana e resgatar a história de suas vidas, preservando-os da indiferença e do esquecimento à memória camponesa.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. 1 ed. São Paulo: Martin Claret, 2004.

TERRA, Comissão Pastoral da. **Conflitos no campo**: Brasil 2003. Goiânia, 2003. 228 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José (org). **A Questão Agrária e a Justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, cap. 01, p. 15-87.

JULIÃO, Francisco. Sem terra e sem país. In: STÉDILE, João Pedro. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília, Edições Iattermund, 2002, cap. 1, p. 155-158.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, João Pedro. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: Edições Iattermund, 2002, cap. 1, p. 11-69.

TEIXEIRA, Elizabeth. Entrevista realizada em 11/02/04, em João Pessoa/PB.

TERRA, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Assassinatos no campo: crime e impunidade**, 1964-1986. 2 ed. São Paulo: Global, 1987.